



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **0013580-34.2012.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**  
 Requerente: **Leandro Aparecido dos Santos**  
 Requerido: **Banco Psa Finance Brasil Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

LEANDRO APARECIDO DOS SANTOS, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Banco Psa Finance Brasil Sa, também qualificada, alegando tenha firmado com o réu contrato de financiamento de veículo para pagamento em 60 parcelas no valor de R\$ 1.077,71, no qual cobradas tarifas indevidas como IOF, tarifa de inserção de gravame e tarifa de serviços correspondente prestado a financeira, totalizando cobrança de R\$ 4.925,95 que pretende repetida em dobro.

A ré contestou o pedido sustentando a legalidade dos termos do contrato que deve ser respeitado a partir do fato de ter o autor tomado e se utilizado do dinheiro emprestado, apontando a legalidade das tarifas cobradas para concluir pela improcedência da ação.

O autor replicou reiterando os termos da inicial e o feito foi instruído com prova documental.

É o relatório.

DECIDO.

Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o abuso na cobrança do IOF financiado tem que ser precisa e objetivamente demonstrado, sob pena de se rejeitar o conhecimento do reclamo: “*Conforme entendimento das Turmas que compõem a Segunda Seção deste Tribunal, no mesmo passo dos juros remuneratórios, "em relação à cobrança das tarifas de abertura de crédito, emissão de boleto bancário e IOF financiado, há que ser demonstrada de forma objetiva e cabal a vantagem exagerada extraída por parte do recorrente que redundaria no desequilíbrio da relação jurídica, e por consequência, na ilegalidade da sua cobrança"* (cf. AgRg na Rcl 12386/SP – 2ª Seção STJ – 22/05/2013 <sup>1</sup>).

Não há tal afirmação precisa na inicial.

Acerca da tarifa de inserção de gravame, segundo jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nenhuma ilicitude há em sua contratação: “*Lícita a cobrança das tarifas de cadastro, taxa de gravame e registro Tarifas pactuadas expressamente no contrato e com respaldo na Resolução 3.518/2007 do BACEN, com redação alterada pela Resolução 3.693/2009 Cobrança de IOF compulsória e decorrente de lei Sentença mantida Recurso improvido*” (cf. Ap. nº 0112143-06.2012.8.26.0100 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 01/08/2012 <sup>2</sup>).

E quanto à tarifa de serviços de terceiro: “*Ação revisional. Procedência parcial.*”

<sup>1</sup> www.stj.jus.br/SCON.

<sup>2</sup> www.esaj.tjsp.jus.br



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

*Contrato de financiamento. Tarifas de abertura de cadastro, de serviço de terceiros, registro de contrato e avaliação do bem. Pactuação e ausência de abuso” (cf. Ap. nº 0005189-40.2011.8.26.0400 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 09/05/2012<sup>3</sup>).*

Em resumo, a ação é improcedente, cumprindo ao autor arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO o autor ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

P. R. I.

São Carlos, 17 de novembro de 2014.

**VILSON PALARO JÚNIOR**  
 Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>3</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br)